
O processo de transição dos anos iniciais para os anos finais no ensino fundamental

Jamisson da Silva Angelo¹

Resumo: Este estudo discute o processo de transição entre as etapas do Ensino Fundamental: Anos Iniciais (5º ano) e Anos Finais (6º ano) que é considerada de grande relevância, principalmente a partir da BNCC (2017). Devido a complexidade que envolve o processo da passagem dos estudantes do 5º para o 6º ano do Ensino Fundamental, que interfere no processo de aprendizagem, cabe a comunidade escolar suavizar a ruptura desse momento. O objetivo geral foi analisar quais os fatores que influenciam e impedem a transição saudável entre os Anos Iniciais e Anos Finais. Por meio de uma metodologia de revisão bibliográfica, de estudos qualitativos e exploratórios, foi possível chegar a esta conclusão: o mais importante é a escola encontrar maneiras de atenuar as dificuldades, auxiliando na adaptação. Interações entre alunos e professores, visitas monitoradas às novas instalações e adoção de hábitos de organização são pontos chave para fazer a mudança, que é inevitável e necessária, sem contratempos. Sugere-se às escolas planejarem essas ações como forma de facilitar a adaptação dos estudantes no novo ambiente escolar.

Palavras-chave: Anos Iniciais. Anos Finais. Transição entre Etapas. Ensino Fundamental.

Abstract: This study discusses the transition process between the stages of Elementary Education: Initial Years (5th year) and Final Years (6th year) which is considered of great relevance, especially since the BNCC (2017). Due to the complexity involved in the process of passing students from the 5th to the 6th year of Elementary School, which interferes with the learning process, it is up to the school community to smooth the disruption of this moment. The overall objective was to analyze which factors influence and impede a healthy transition between the Initial and Final Years. Through a literature review methodology, qualitative and exploratory studies, it was possible to reach this conclusion: the most important thing is for the school to find ways to alleviate the difficulties, helping to adapt. Interactions between students and teachers, monitored visits to new facilities and adoption of organizational habits are key points to make the change, which is inevitable and necessary, without setbacks. It is suggested that schools plan these actions as a way to facilitate the students' adaptation to the new school environment.

Keywords: Early Years. Final Years. Transition between Steps. Elementary School.

¹ Pós-Graduado em proeja pelo IFMT. Pedagogo - formado pela UFMT, também graduado em História - pela Universidade UNIDERP. Professor Pedagogo da Rede Municipal de Sorriso – MT. Participante do Programa de Mestrado em Ensino de Ciências da Universidade Anhanguera-Uniderp. E-mail: jamissonangelo@gmail.com

1. Introdução

A transição entre as duas etapas do Ensino Fundamental, Anos Iniciais (5º ano) e Anos Finais (6º ano) da Educação Básica, vem sendo discutido há algum tempo, e mais fortemente a partir da BNCC (2017). E com isso vem se tornando uma constante preocupação, além de políticas públicas, das escolas, devido aos efeitos nocivos que causa na vida escolar dos estudantes.

Os estudantes, segundo Hauser (2007); Villas Bôas (2014) após frequentarem os primeiros cinco anos do Ensino Fundamental, ao ingressarem no 6º ano, encontram muitas dificuldades de adaptação na nova condição de vida escolar, ou até mesmo na mesma instituição, que interferem no processo de ensino e aprendizagem. Como decorrência disto, alguns reprovam no 6º ano e outros são promovidas para o ano seguinte por Conselho de Classe, sem que realmente ocorram aprendizagens.

Nessa mesma idéia, conforme destaca Scandelari (2008) e Correa (2007) a evasão e a repetência de estudantes se agravam devido à transição, da não adaptação a mudanças tão bruscas, de organização, que é caracterizada por rupturas e descontinuidades.

Segundo Mesomo e Pawlas (2014) há conceitos e princípios importantes que tratam da organização do Ensino Fundamental, como os aspectos e concepção de infância, de adolescência, de currículo, de desenvolvimento e de aprendizagem, pressupostos que precisam ser discutidos e refletidos durante a passagem entre as etapas.

Esse é também um dos motivos que a transição tem preocupado os gestores de políticas públicas, professores e pedagogos que atuam nas respectivas etapas de escolaridade. O Ensino Fundamental de nove anos, ainda que esteja organizado sequencialmente, historicamente não tem conseguido estabelecer uma condição de continuidade, mas sim uma ruptura entre as etapas (PINTO e ALVES, 2010; CAMPOS, 2007).

Segundo Barbosa (2008) “no campo pedagógico a transição de uma rede para outra se dá a partir da ruptura das políticas educacionais e dos processos pedagógicos, uma vez que se visualizam duas redes distintas, com programas e currículos distintos”. O estudante ao entrar em uma escola acaba rompendo os vínculos com a escola de origem, a anterior, deixando de frequentar os programas existentes.

Sendo assim, é necessário que se repense a articulação dos currículos e das práticas pedagógicas que envolvem essas etapas, de modo que as instituições de ensino sejam incentivadas a tornar essa transição tranquila, pautada na relação de continuidade do processo de aprendizagem e desenvolvimento humano (SACRISTAN e PERES GOMES, 1998).

Para Mesomo e Pawlas (2014); Aguirre (2017) tais desafios resultam das diferenças na organização entre as escolas, como a mudança de professores unidocentes para pluridocentes, mudança na forma de avaliação, no tempo definido para aulas com duração de 50 minutos, entre outros. A relação professor e estudante que era quase maternal até o quinto ano, torna-se distanciada nos anos subsequentes.

É preciso considerar que os estudantes que frequentam os anos finais estão também em uma importante etapa de desenvolvimento, início de adolescência, na qual desenvolvem novos recursos de pensamentos. Esses serão a base para os novos conhecimentos e conteúdos. Passam a construir um conjunto de saberes que colaboram para que eles compreendam sua realidade conquistando um novo grau de autonomia (SCANDELARI, 2008; CAMPOS, 2007).

O objetivo geral foi analisar quais os fatores que influenciam e impedem a transição saudável entre os Anos Iniciais e Anos Finais.

Por meio de uma metodologia de revisão bibliográfica, de estudos qualitativos e exploratórios, pode-se desenvolver o presente estudo, a fim de alcançar os objetivos. Pesquisou-se em documentos oficiais e web sites materiais para subsidiar a pesquisa.

2. O Ensino Fundamental de Nove Anos

O ano de 2006 representa importante marco na educação brasileira ao ampliar a duração do Ensino Fundamental para nove anos por meio da Lei Federal nº 11.274 e aprovada em fevereiro daquele ano. Essa ampliação foi a partir de uma meta apresentada no Plano Nacional de Educação (PNE). “Tendo como prazo para implantação o ano de 2010, os sistemas de ensino e as escolas tiveram que se reorganizar e se adaptar para a inclusão das crianças de seis anos no ensino fundamental” (PINTO e ALVES, 2010, p. 23).

No PNE de 2001-2011, que estabelece como meta ampliar para nove anos a duração do Ensino Fundamental obrigatório com início aos seis anos de idade, foi

apontado como justificativa a possibilidade de correção de uma distorção idade-série e melhorar a qualidade da educação para todos (BRASIL, 2001).

Dessa forma, o objetivo maior do ensino de nove anos foi melhorar as condições de equidade e de qualidade da Educação Básica, estruturar um novo Ensino Fundamental para que os estudantes prossigam nos estudos, “alcançando maior nível de escolaridade, assegurando que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, os estudantes possam ter um tempo mais longo para as aprendizagens da alfabetização e do letramento” (BRASIL, 2009, p. 7).

Segundo Jacomini, Rosa e Alencar (2012, p. 31) “a política do Ensino Fundamental de nove anos, ampliou a duração do ensino obrigatório para nove anos, determinando a faixa etária dos 6 aos 14 anos para a obrigatoriedade escolar”. Como destaca a Constituição Federal (CF) de 1988, a educação é um direito de todos e dever do Estado, definindo como metas para a educação o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Segundo Brasil (1988) o Art. 208 da CF, em sua versão original de 1988, define que:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- III atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- V acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
- VII atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Dessa forma, como afirma Rosemberg (2009) a Constituição Federal de 1988 declarou como princípios do ensino a igualdade de condições de acesso e permanência à escola, colocando como dever do Estado a garantia do ensino obrigatório e gratuito a

todos os cidadãos. De acordo com Correa (2011); Guimarães e Pinto (2001) o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069, aprovado em 1990, contribuiu para a consolidação normativa das conquistas quanto ao direito à educação alcançadas com a Constituição de 1988.

A Lei nº 8069/90 afirma, segundo Guimarães e Pinto (2001) e Brasil (1990, p. 3):

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Vale ressaltar que a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 - LDB) representou um marco na legislação brasileira no que se refere ao direito à educação (ROSEMBERG, 2009; BRASIL, 1996). Para Arelaro (2011) a obrigatoriedade do ensino impõe que os pais ou responsáveis matriculem seus filhos nas escolas, o que também implica na responsabilização do Poder Público pela garantia de oferta. Caso seja comprovada a negligência na oferta regular do ensino fundamental, a autoridade competente poderá ser imputada por crime de responsabilidade.

Segundo Brasil (2001) o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2001 pela Lei nº 10.172 reafirmou a responsabilidade do Poder Público em assegurar o direito à educação, ao estabelecer as metas e diretrizes para a Educação no decênio de 2001 a 2011.

Conforme relatado em Brasil (2001, p. 22-23):

Ao dispor sobre o ensino fundamental, afirmava ainda que o direito ao Ensino Fundamental não se refere apenas à matrícula, mas ao ensino de qualidade, até a conclusão. Neste sentido, observa-se neste Plano Nacional de Educação a compreensão de que o direito à educação não implica somente na garantia de vaga na escola, mas na oferta de ensino de qualidade e com condições ao acesso, de responsabilidade do Poder Público.

Campos (2007) a decisão de estender para nove anos a duração do Ensino Fundamental e também ampliar para nove anos o ensino definido legalmente como obrigatório, deve ser considerada como um avanço no contexto da realidade brasileira, sendo considerada, portanto, uma política educacional inclusiva.

Porém, segundo a UNESCO (2010) mesmo após a ampliação do ensino obrigatório para nove anos de duração, o Brasil sempre esteve abaixo em termos avaliativos (indicadores de desempenho) de todas as regiões do mundo, exceto o Sul e o Oeste Asiático (Afeganistão, Bangladesh, Irã etc.). Realizado a cada três anos, o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) tem o objetivo de gerar indicadores que possam contribuir para a discussão da qualidade educacional nos países participantes.

A nota geral do Brasil está entre as mais baixas do mundo nas três áreas avaliadas, leitura, matemática e ciências. Quase metade dos estudantes não chega nem ao nível básico em nenhuma delas, destoando do desempenho dos alunos de escolas particulares do Brasil. “O Brasil continua sendo um dos últimos em relação aos vizinhos da América Latina, ao lado de Cuba e à frente apenas de Honduras e Bolívia, Jamaica, Trinidad e Tobago e Haiti, Nicarágua e Suriname” (MELIN, 2013, p. 45).

2. Rupturas e avanços na transição entre as etapas dos anos iniciais e dos anos finais

Para Rosemberg (2010) durante o processo de escolarização, os estudantes passam por múltiplos períodos de transição, que merecem um trabalho pedagógico sistemático e diferenciado. Da convivência exclusiva com a família, para o espaço compartilhado das Creches, destas para a Pré-escola; da Pré-escola para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental; dos Anos Iniciais para os Anos Finais, são fases que, de uma forma ou de outra, acabam interferindo na aprendizagem.

De acordo com Aguirre (2017) e Scandelari (2021) todas as etapas têm uma ruptura, porém, a mais sentida é a etapa dos anos iniciais para os finais. As crianças e os adolescentes, ao longo desse período, passam por uma série de mudanças relacionadas a aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, emocionais.

Como já indicado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos (Resolução CNE/CEB nº 7/2010), essas mudanças impõem

desafios à elaboração de currículos para essa etapa de escolarização, de modo a superar as rupturas que ocorrem na passagem entre as duas fases do Ensino Fundamental: Anos Iniciais e Anos Finais (BRASIL, 2010).

Em contrapartida, em relação ao currículo, segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) as competências específicas colocadas na possibilitam uma boa articulação entre as áreas, perpassando todos os componentes curriculares, ou seja, há uma progressão entre o Ensino Fundamental Anos Iniciais e o Ensino Fundamental Anos Finais. Essa continuidade das experiências dos estudantes, considerando suas especificidades, é um grande avanço.

Além desses aspectos relativos à aprendizagem e ao desenvolvimento, na elaboração dos currículos e das propostas pedagógicas devem ainda ser consideradas medidas para assegurar aos estudantes um percurso contínuo de aprendizagens entre as duas fases do Ensino Fundamental, de modo a promover uma maior integração entre elas. Afinal, essa transição se caracteriza por mudanças pedagógicas, portanto, a formação pedagógica do professor é essencial para conhecimento do currículo constado na BNCC (CONSED (2017); BRASIL, 2017).

Porém, como bem destaca o Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB nº 11/2010), os estudantes, ao mudarem do professor generalista dos anos iniciais para os professores especialistas dos diferentes componentes curriculares, costumam se ressentir mediante as muitas exigências que têm de atender, feitas pelo grande número de docentes dos anos finais conforme descrito em (BRASIL, 2010, ANDRADE (2010); CAINELLI (2011).

Dessa forma, já que ao longo do Ensino Fundamental Anos Finais, os estudantes se deparam com desafios de maior complexidade, sobretudo devido à necessidade de se apropriarem das diferentes lógicas de organização dos conhecimentos relacionados às áreas, realizar as necessárias adaptações, articulações, transição, do 5º para o 6º ano, para apoiar os estudantes nesse processo, pode evitar ruptura na aprendizagem, de maneira a garantir-lhes maiores condições de sucesso (BRASIL, 2017).

Segundo Barbosa (2008); Arelaro, Jacomini e Klein (2011) é importante, nos vários componentes curriculares, retomar e ressignificar as aprendizagens do Ensino Fundamental Anos Iniciais no contexto das diferentes áreas, visando ao aprofundamento e à ampliação de repertórios dos estudantes. Fortalecer a autonomia desses adolescentes, oferecendo-lhes condições e ferramentas para interagir criticamente com diferentes

conhecimentos e fontes de informação é essencial.

Conforme Brasil (2017, p. 14):

As mudanças próprias dessa fase da vida implicam a compreensão do adolescente como sujeito em desenvolvimento, com singularidades e formações identitárias e culturais próprias, que demandam práticas escolares diferenciadas, capazes de contemplar suas necessidades e diferentes modos de inserção social.

As atitudes e comportamentos dos estudantes sempre envolvem negligência, indisciplina, falta de atenção e brincadeiras constantes entre os pares. Porém, a compreensão, por eles, de se verem como sujeitos com histórias e saberes construídos nas interações com outras pessoas, conforme relatam Mato Grosso (2010); Salgado e Neto (2012) tanto do entorno social quanto do universo da cultura midiática e digital, fortalece o potencial da escola como espaço formador e orientador para a cidadania crítica e participativa deste estudante.

Essas atitudes e comportamentos são mais habituais no 6º ano, justamente em virtude da transição, além de estarem entrando numa outra fase da vida, a adolescência. Some-se a isso as mudanças psicológicas e fisiológicas pelas quais eles estão passando de forma acelerada e o fato de deixarem de ser tratados como crianças. Portanto, esses comportamentos acontecem porque os estudantes podem ainda não ter compreendido completamente suas novas responsabilidades e o desafio que se apresenta para eles nessa nova fase (PARANÁ, 2010; AGUIRRE, 2017).

3. O Papel da Escola

Algumas ações são importantes para amenizar os conflitos emocionais dos estudantes dos anos iniciais, segundo Salgado e Neto (2012), como conversar com os alunos ainda no 5º ano sobre o 6º ano em sala de aula; promover visita do professor ou pedagogo do 6º ano às escolas de anos iniciais para falar com os alunos do 5º ano sobre a nova organização; selecionar algumas aulas e comece a introduzir algumas características do anos finais em sala; encaminhamento de relatório dos alunos do 5º ano junto com a documentação para matrícula e oficina com os professores que assumem o 6º ano para auxiliar na compreensão das necessidades do aluno.

O autor Salgado e Neto (2012) salienta ainda que é importante a questão do

colhimento e de questões metodológicas; visitas dos alunos do 5º ano à escola onde irão estudar; rodízio de professores no 5º ano; cartilha com informações sobre o que irão encontrar na outra escola, sobre o 6º ano; reunião de pais e professores. E ainda, o professor deve conhecer as concepções de infância e de adolescência, para saber lidar melhor com essas fases.

Segundo Melin (2013); Brasil (2013) os professores podem investir em sua formação continuada, aprender a usar novas metodologias no processo de ensino e inserir mais atividades práticas e lúdicas no início, para captar a atenção dos estudantes e fazer com que entendam melhor sua disciplina. Assim, poderão não diminuir seu desempenho. Há que se considerar a cultura digital, que tem promovido mudanças metodológicas significativas nas escolas.

Nessa direção, a escola pode contribuir para o delineamento do projeto de vida dos estudantes, constituindo uma articulação com os seus anseios em relação ao futuro. “Esse processo de reflexão e discussão em sala de aula sobre o que cada estudante quer ser no futuro e de planejamento de ações para construir esse futuro, pode representar mais uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e social, contribuindo para a transição entre as etapas” (VILLAS BÔAS, 2014, p. 45).

De acordo com Cainelli (2011, p. 15):

Entretanto, dado que tal estrutura não irá mudar a curto prazo, é preciso garantir que haja efetiva articulação entre essas fases de ensino, buscando assegurar a continuidade dos processos de aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes, para que a escolaridade se faça sem rupturas, respeitando tempos cognitivos, socioemocionais e culturais dos estudantes.

Nesse mesmo sentido, e considerando as proposições de Andrade (2010) e Bugardt (2012) muito embora na legislação em outros documentos esteja prevista a precisão de ações articuladas para a continuidade entre as duas etapas, os desafios gerados pela transição prosseguem, evidenciando o fato de que ainda não se conseguiu garantir a continuidade dos processos de aprendizagem sem rupturas.

4. Considerações Finais

Na finalização deste estudo, verificou-se que há vários fatores que influenciam e

impedem a transição/articulação entre os Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental, que trazem enormes prejuízos aos estudantes, com implicações no ensino-aprendizagem, na evasão e repetência, etc. Esses fatores são agravados devido à descontinuidade entre esses anos, cuja transição é caracterizada por uma ruptura e descontinuidade.

Dentre alguns fatores estão, talvez, o estranhamento na organização dos tempos e espaços na escola, que são diferentes, em especial a questão da Unidocência nos anos iniciais e a pluridocência nos anos finais. A ansiedade e insegurança dos estudantes em relação à nova escola, aos novos professores e às disciplinas ofertadas, é imensa. Também a falta de interesse dos estudantes, a indisciplina, a falta de materiais pedagógicos, a quantidade de estudantes em sala e o alto índice de falta dos estudantes como possíveis causas para as suas dificuldades.

A situação é agravada principalmente nos anos finais, relacionada à organização curricular, que se distanciam mais dos anos iniciais. Isso vem sendo abrandado após a atual organização da BNCC, mas não é suficiente. Mas é um ponto que merece destaque, já que vem favorecer esta articulação, mediante os direitos de aprendizagens.

O desafio é o de encontrar possibilidades mais efetivas que fortaleçam o protagonismo dos estudantes, a fim de que estes se sintam sujeitos do próprio processo de construção do conhecimento de forma a suavizar esse processo. Importante que as escolas planejem ações que facilitem a adaptação dos estudantes no novo ambiente escolar, mediante diálogo entre as mantenedoras e a oferta de formação continuada para professores do 5º e do 6º ano.

Sendo assim, na busca de soluções para esses conflitos, necessário se faz que as equipes gestoras das escolas considerem, em seu Projeto Político Pedagógico, ações voltadas para esse período de transição, adotando medidas de intervenção educativa, de modo a mobilizar todos os profissionais da escola na escuta ativa de anseios desses estudantes, no acolhimento necessário para a superação de possíveis práticas de exclusão. já que os professores costumam apontar a falta de domínio dos conteúdos dos anos anteriores pelos estudantes.

Ainda, salas de apoio à aprendizagem e salas de recursos multifuncionais contribuem positivamente para o desempenho escolar do estudante. Necessário considerar a complexidade dos diferentes processos que constituem o desenvolvimento humano e a formação integral dos estudantes para amenizar as muitas

dificuldades de aprendizagem que são observadas durante a transição entre o 5º e 6º ano. Conhecer as concepções de infância e de adolescência é um imperativo.

Estabelecer essa transição/articulação entre os anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental exige comprometimento, dedicação e persistência dos responsáveis pelas duas etapas. A responsabilidade não é somente dos professores, mas sim, de todos os envolvidos, ou seja, das escolas e de suas mantenedoras. E também, das famílias dos estudantes das duas etapas. Tal questão pode ser favorecida por práticas dialógicas, atitudes pedagógicas e políticas públicas eficientes.

Referências

- AGUIRRE, K. C. **A transição dos anos iniciais para os anos finais do ensino fundamental**: o que diz a produção nacional. 2017.24f. Graduação (Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul), Chapecó, UFFS, 2017.
- ANDRADE, M. **Investigação sobre a transição dos alunos do ensino fundamental I para o ensino fundamental II**. In: XIX ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA. Anais, Guarapuava, 2010.
- ARELARO, L. R. G.; JACOMINI, M. A.; KLEIN, S. B. O ensino fundamental de nove anos e o direito à educação. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.37, n.1, pp. 35-51, jan./abr, 2011.
- BARBOSA, A. R. **5ª série em questão**: transição/ruptura entre o local e o universal. UFPR, 2008.
- BRASIL. **Lei no.11.274, de 6 de fevereiro de 2006**. Altera a LDB, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília, 2006.
- BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Câmara de Educação Básica. Resolução n.º 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 2010.
- BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria da Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.
- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: < 568

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2021.

BRASIL. **Subsídios para diretrizes curriculares nacionais específicas da educação básica**. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências da Natureza e Matemática e suas tecnologias**. Brasília: MEC, 2001.

BUGARDT, A. I. **O Pedagogo como mediador na complexa transição do primeiro para o segundo do Ensino Fundamental e a construção de um processo de ensino/aprendizagem pleno segmento de sentidos e significados**. 2012. Disponível em:
http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2012/2012_uepg_ped_pdp_adriane_ines_burgardt.pdf Acesso em julho de 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Básica/Secretaria de Educação Continuada/Diretoria de Currículos e Educação Integral. Diretrizes curriculares nacionais da educação básica. Brasília: MEC, 2013.

CAINELLI, M. R. **Entre continuidades e rupturas**: uma investigação sobre o ensino e aprendizagem da História na transição do quinto para o sexto ano do Ensino Fundamental. 2011.

CAMPOS, M. M. O ensino fundamental de nove séries e as crianças de seis anos. **Nuances**: estudos sobre Educação. Presidente Prudente, SP, ano XIII, v. 14, n. 15, p. 19-27, jan./dez. 2007.

CONSED. **Documento de considerações para orientar o aperfeiçoamento das políticas de formação continuada de professores à luz da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) 2017**.

CORREA, B. C. **Crianças aos seis anos no ensino fundamental: desafios à garantia de direitos**. In: Reunião Anual da ANPED, 30ª. 2007. Disponível em:
<http://www.anped.org.br>. Acesso em 1 de fevereiro de 2021.

GUIMARÃES, J. L.; PINTO, J. M. R. A Demanda pela educação infantil e os recursos disponíveis para seu financiamento. **Em aberto**, v. 18, n. 74, p. 12-105, jul. 2001.

HAUSER, S. D. R. A. **Transição da 4ª para a 5ª série do Ensino Fundamental**: uma Revisão Bibliográfica. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

JACOMINI, M. A.; ROSA, C. O.; ALENCAR, F. W. F. **Direito, qualidade e gestão da educação no ensino fundamental de nove anos na rede municipal de Diadema**. Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, v. 17, n. 2, p 229-239, jul./dez., 2012.

MATO GROSSO. **Secretaria de Estado de Educação. Orientações Curriculares: Diversidades Educacionais**. / Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Cuiabá: Defanti, 2010.

MELIN, L. **A transição para o ensino fundamental II: motivação para a matemática em relação com o contexto social percebido.** 2013.

MESOMO, O. L. C.; PAWLAS, N. O. **Articulação entre as duas etapas do ensino fundamental: anos iniciais (5º ano) e anos finais (6º ano).** Unicentro, Paraná, 2014.

PARANÁ. SEED. **Ensino fundamental de nove anos: orientações pedagógicas para os anos iniciais.** Curitiba, 2010.

PINTO, J. M. de R.; ALVES, T. **O Impacto Financeiro da Ampliação da Obrigatoriedade Escolar no Contexto do FUNDEB.** Educação & Realidade. Porto Alegre. v. 36, n. 2, 2011.

ROSEMBERG, F. **Educação infantil pós-FUNDEB: avanços e tensões.** In: SOUZA, G. (Org.). Educar na Infância: perspectivas histórico-sociais. São Paulo: Contexto, 2010.

SACRISTAN, J. G. e PÉREZ GOMES, A.I. **Compreender e transformar o ensino.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

SALGADO, M. & NETO, A. J. **A transição do 1º para o 2º ciclo do ensino básico: um estudo num agrupamento de escolas do Alentejo, envolvendo alunos, pais e professores.** In.: O. Magalhães, & A. Folque (org), Práticas de investigação em Educação, 2012.

SCANDELARI, M. N. **Reflexões em torno do processo da passagem dos alunos da 4ª para a 5ª série do ensino fundamental.** Disponível em:
<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1754-8.pdf?PHPSESSID=2010102213182721>. Acesso em 02/02/21.

VILLAS BÔAS, M. M. V. **A relação afetiva entre professores e alunos na transição dos anos iniciais para os anos finais do ensino fundamental.** 2014.